

OFICINA NACIONAL
REGIMES URBANOS E A INFLEXÃO
ULTRA-LIBERAL NAS METRÓPOLES
BRASILEIRAS

QUADRO TEÓRICO E HIPÓTESES

LUIZ CESAR DE QUEIROZ RIBEIRO

COORDENADOR NACIONAL - INCT OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES

INFLEXÃO ULTRALIBERAL

Reformismo social fraco - Lulismo - e ensaio do reformismo forte -Dilma. (Singer, 2016)

Golpe Parlamentar

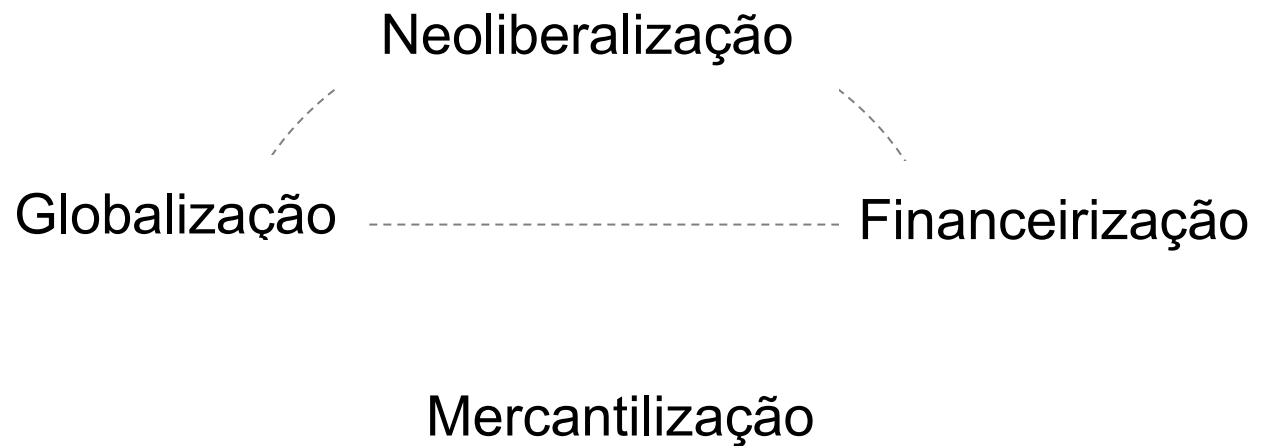
Desconstrução da coalizão produtivista-reformista e

Coalizão das forças bancárias-rentistas. (Singer, 2016)

Eleição Bolsonaro. *Revolta Conservadora* (M. Nobre)

INFLEXÃO ULTRALIBERAL

Ajuste histórico-espacial do padrão brasileiro de desenvolvimento capitalista em relação à natureza rentista-financeira do capitalismo global.



CAPITALISMO RENTISTA FINANCEIRO GLOBAL

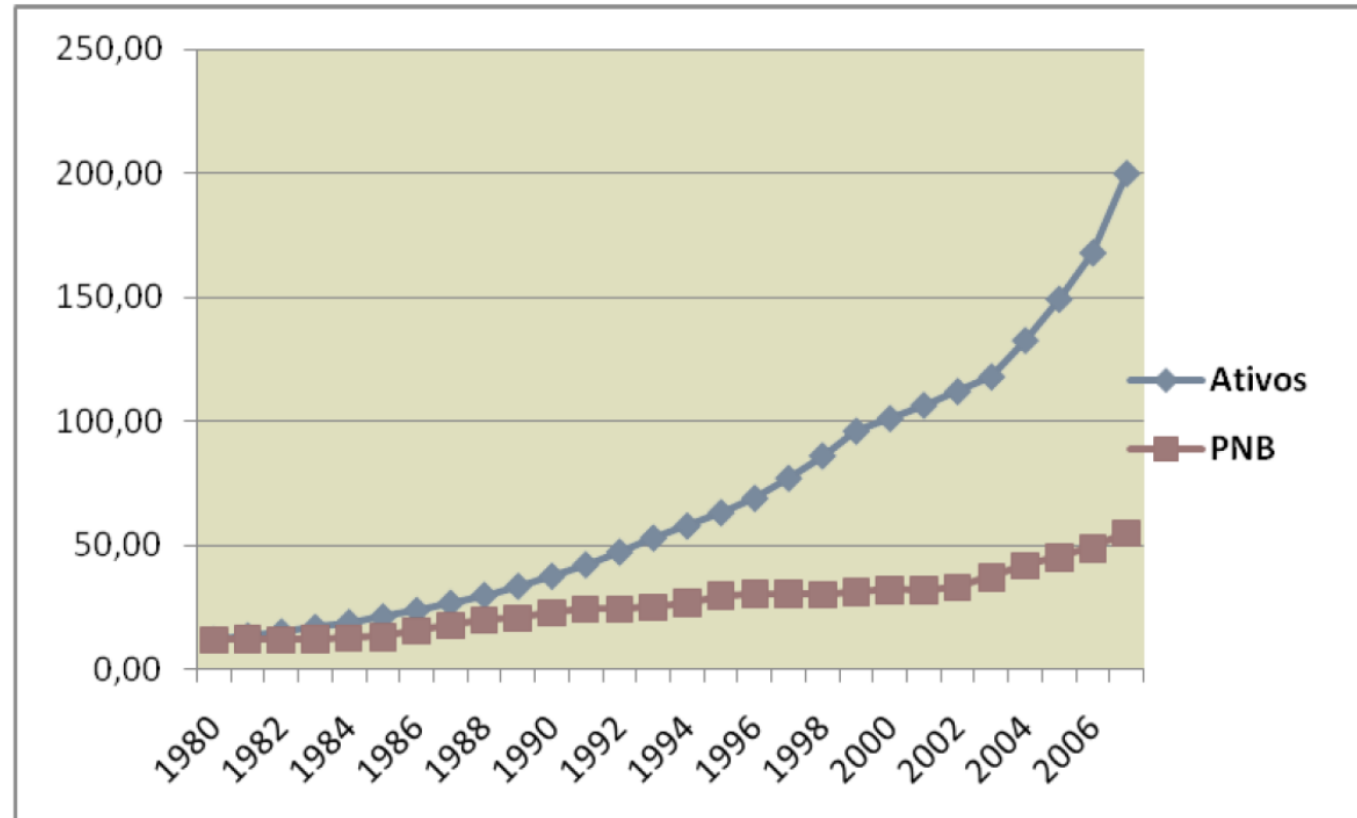
Fundamento central dos processos contemporâneos de acumulação do capital (PAULANI)

Acumulação se realiza sobre os imperativos das relações de propriedade, mais do que sobre as relações de produção:

- propriedade de bens intangíveis (marcas)
- propriedade do saber
- propriedade do dinheiro
- propriedade da terra urbana

CAPITALISMO: A DOMINÂNCIA RENTISTA FINANCEIRA GLOBAL

Riqueza fictícia (estoque mundial de ativos financeiros) e
Renda Real Mundial (PIB) – US\$ Trilhões



Fonte dos dados: *McKinseys Global Institute* (Ativos) e FMI (PNB);
elaboração Própria

RENTISMO, FINANCEIRIZAÇÃO E NOVA DEPENDÊNCIA

Segundo Paulani (2012), na atual forma de dependência o Brasil vem sendo transformado em uma plataforma internacional para a circulação e valorização do capital rentista global.

Captura de excedente dividendos, juros de dívida pública e privada, juros de ativos de crédito, etc.

Tabela 1 – Pagamento de rendas decorrentes da existência de investimentos externos –
Brasil – 1990/2011 (US\$ bilhões)

Ano	1990	1995	2000	2003	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Despesas com rendas de investimento total	12,7	14,2	21,3	21,8	33,7	40,7	52,9	42,4	46,9	57,9
Despesas com rendas de investimentos diretos	1,9	3,3	4,2	6,0	13,9	19,7	28,8	21,0	26,6	31,7
Despesas com rendas de investimentos em carteira	0,4	4,9	9,4	10,1	14,1	14,0	16,7	15,0	14,9	19,2
Despesas com rendas de outros investimentos	10,4	6,0	7,7	5,7	5,7	7,0	7,4	6,4	5,4	7,0

356%

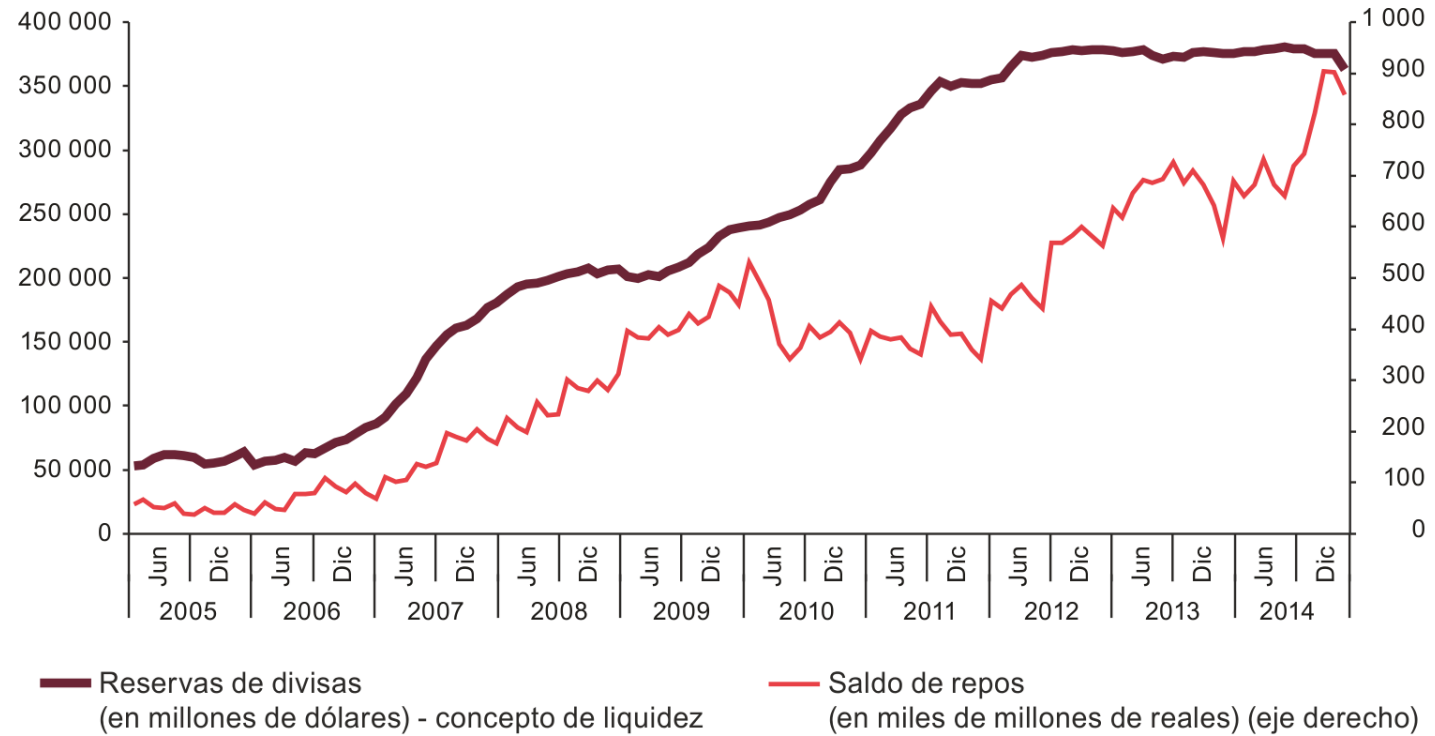
Fonte dos dados primários: Banco Central – Elaboração própria.

Diagrama 1.1
De la acumulación de reservas a la financierización de los bancos y los hogares



FONTE: Kaltenbrunner, A & Paiceira, J. P. – Financieirización em América Latina: implancias de la integración financeira subordinada, CEPAL – Estudios sobre financieirización em América Latina, 2018

**Brasil: reservas de divisas y operaciones de esterilización monetaria
(pactos de recompra o repos)**
(En millones de dólares y miles de millones de reales)



Fuente: Banco Central del Brasil, “Historical series of the balance of payments. Balance of payments and international investment position manual. 6th edition (BPM6)”, Brasilia, 2015 [en línea] http://www.bcb.gov.br/ingles/economic/seriehist_i_bpm6.asp; “Nota para a imprensa” Brasilia, mayo de 2015

FONTE: Kaltenbrunner, A & Paiceira, J. P. – Financeirização em América Latina: im
integración financeira subordinada, CEPAL – Estudos sobre financeirização em Ar
2018

CONSEQUÊNCIAS

Macroeconomia

Baixo crescimento
Desindustrialização
Reprimarização

Estado

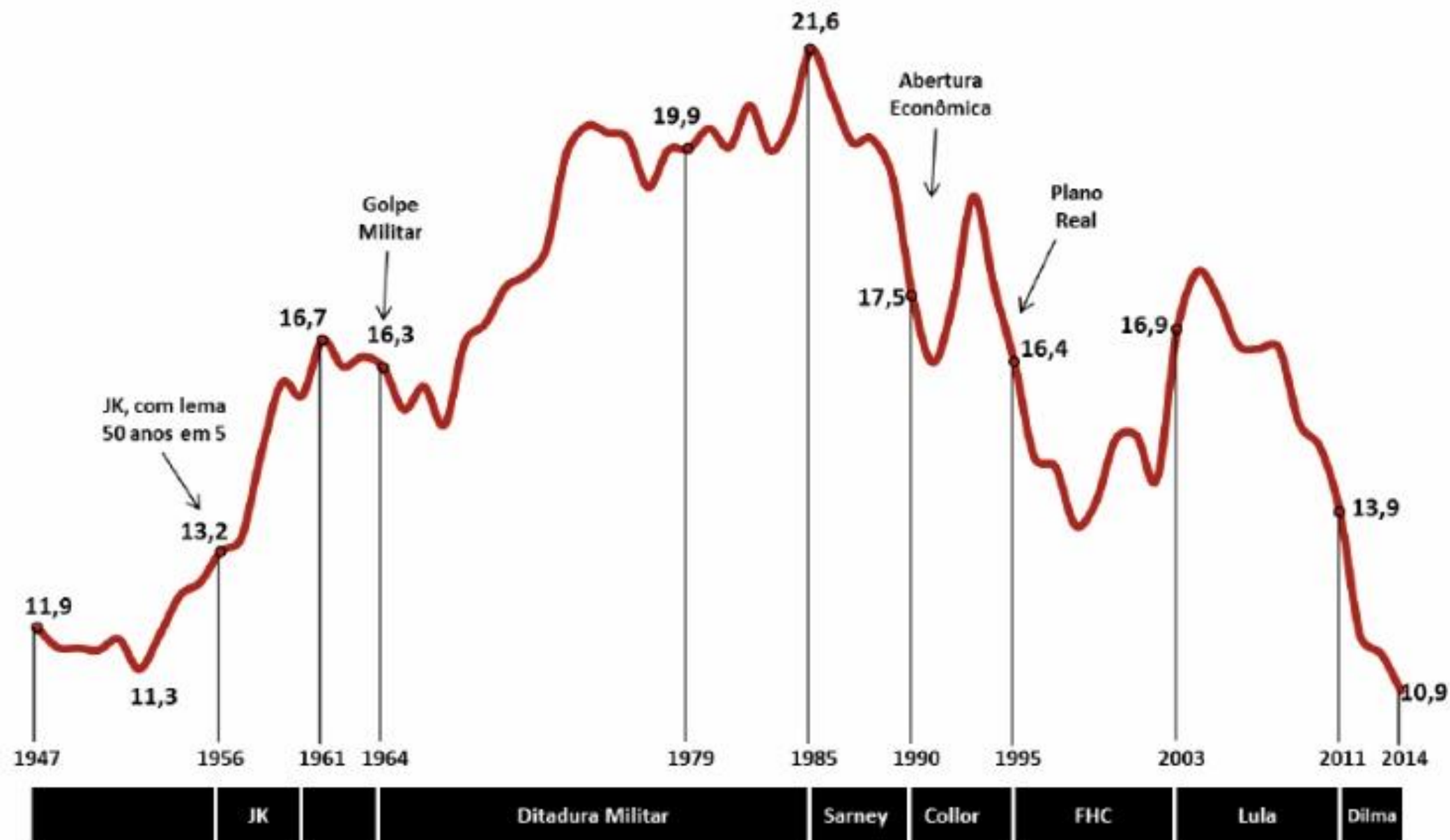
Crise Fiscal
Austeridade
Reestruturação do
Estado

Desconstrução do Compromisso Social de 1988.

Destruição Criativa do Sistema Nacional de Proteção Social e de Solidariedade Territorial

Ajuste espaço-temporal e reescalonamento territorial do Estado

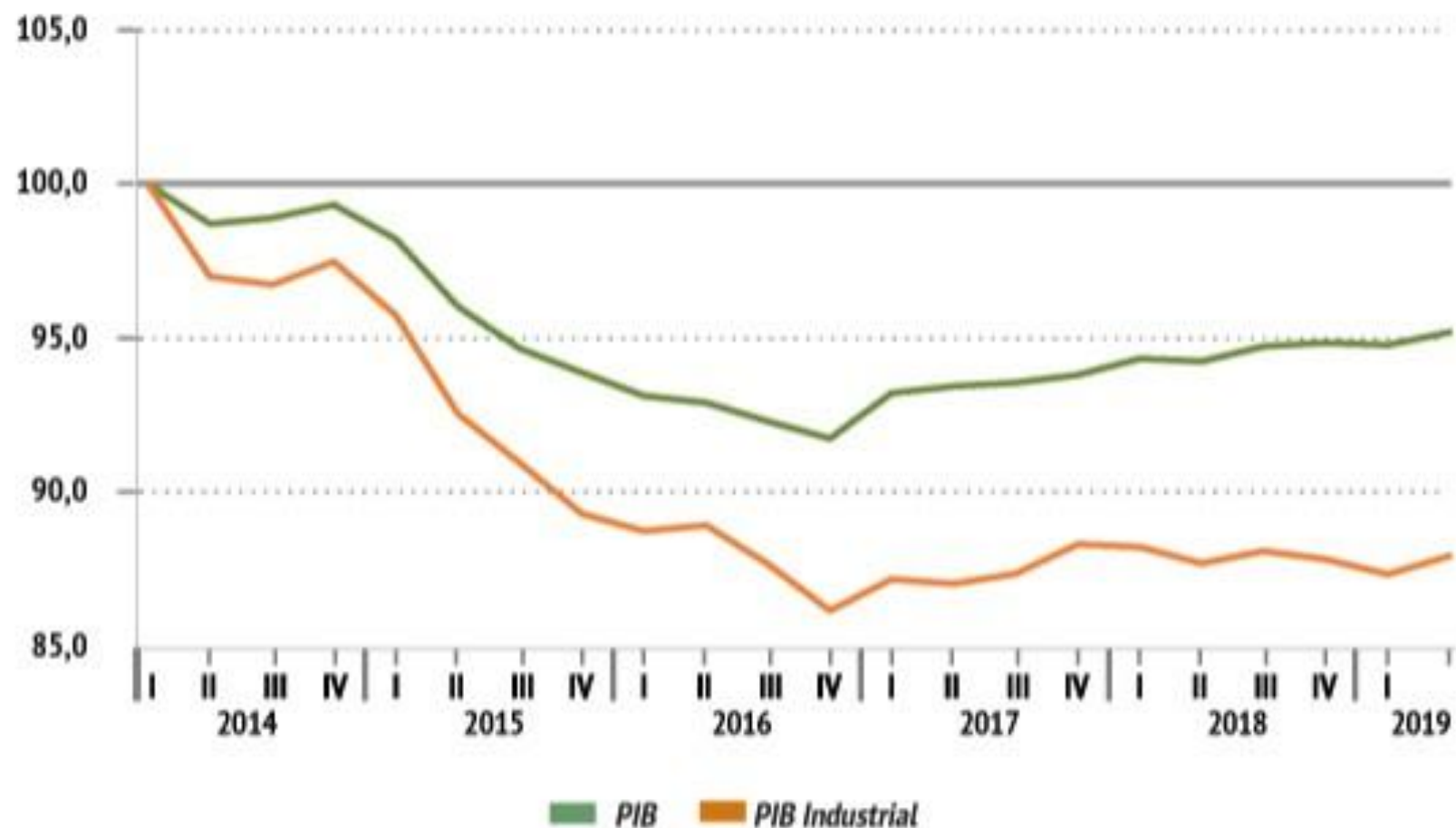
Gráfico 7: Evolução da Participação da Indústria de Transformação no PIB (em %) de 1947 a 2014



Fonte: IBGE. Elaboração: Depecon-FIESP segundo método Bonelli e Pessoa, 2010.

PIB e PIB da indústria

Varição sobre o trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal)

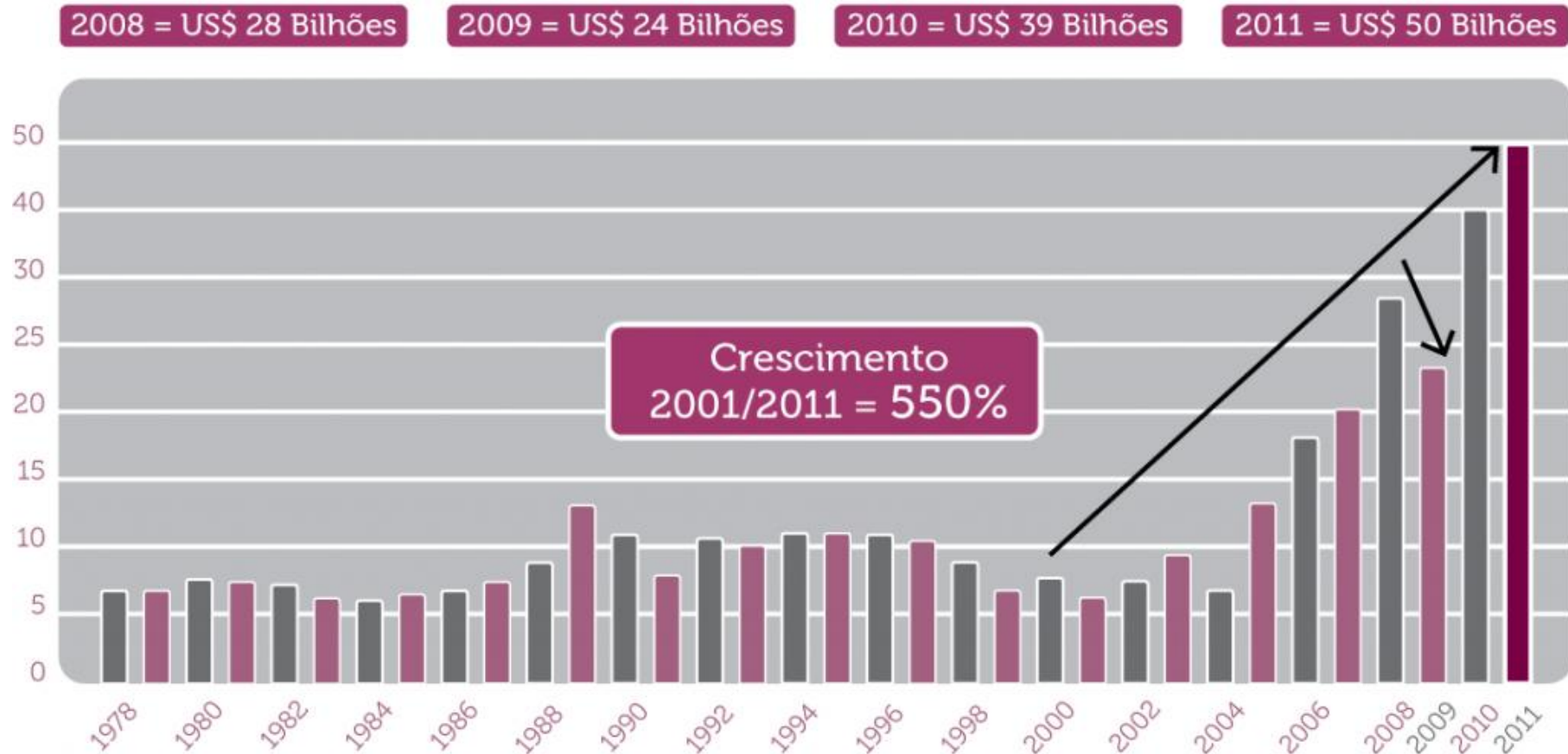


Fonte: IBGE/Contas Nacionais Trimestrais

Elaboração: CNI

Gráfico 1: Evolução da Produção Mineral Brasileira

em US\$ bilhões



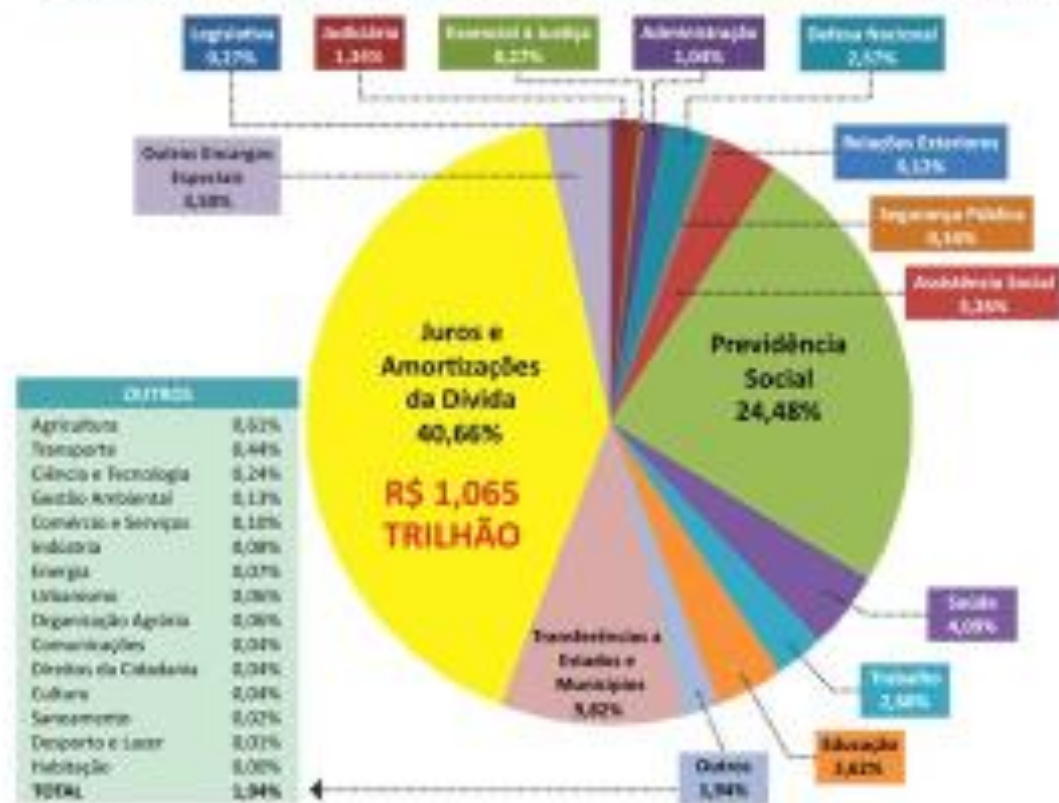
Previsão

Fonte: IBRAM

Nota: Não incluídos Petróleo e Gás.

Orçamento Federal Executado (Pago) em 2018 = R\$ 2,621 TRILHÕES

O valor previsto para 2018 havia sido R\$ 3,527 Trilhões, diferença a ser investigada



Fonte: CDP - [http://www2.camara.org.br/atividade-legislativa/comissao-de-contas/relatorios-de-contas-avancado/](http://www2.camara.org.br/atividade-legislativa/comissao-de-contas/relatorios-de-contas-de-contas-avancado/) - Relatório de Contas Avancado - 1ª Mensalidade - Orçamento da União - Previsão e Realização - até 31/12/2018

Nota 1 - Somamos "Juros" e "Amortizações" porque o Tribunal de Contas entende que o valor dos juros deve ser tratado como se fosse uma despesa. Veja as explicações: <https://www.transparencia.org.br/relatorios>

Beneficiários da Dívida Interna Federal – mar/19

Detentores dos Títulos da Dívida Mobiliária Federal Interna



Resposta do MF a pedido com base na LAI, que solicitou o nome dos detentores finais dos títulos da dívida:

"Ressaltamos também que o Tesouro Nacional por não ser órgão supervisor destes grupos, não detém os dados dos participantes ou cotistas dessas entidades e fundos.

"...sigilo bancário referente às operações ativas e passivas e serviços prestados pelas instituições financeiras."

Fonte: http://www.auditoria.fundacao.org.br/arquivos/110180/7772830/Asses_BPD_Mar_19_04/2401a7e1_4d77-11e8-9c99-00144f484d30, quadros 2.7 e 3.4. Foi acrescentado na rubrica "Bancos" o restante de Operações de Mercado Aberto (as chamadas "operações compromissadas" constantes no quadro 3.4, uma vez que se trata de dívida do Banco Central com bancos, EFPC, Aplicações em Renda Fixa -

Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida Pública -

CONSTITUIÇÃO 1988



PAPEL DA UNIÃO:
centro de decisão



Município:
provedor de Serviços



Os municípios estão integrados a
397 Programas Federais

Municipalização das
Políticas Públicas

Saneamento, Ensino
Fundamental,
Merenda Escolar, Saúde,
Assistência Social

Impactos na ordem
urbana: hipótese e questões

AJUSTE ESPAÇO- TEMPORAL

Reescalonamento Territorial do Estado.

Homogeneização x Seletividade Espacial.

Path Dependency.

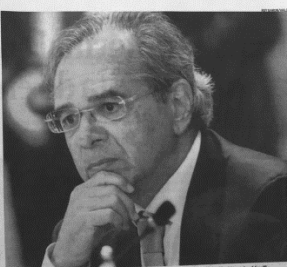
Neoliberalização espacialmente variegados.

Transição Gatilhos automáticos, como desindexação de gasto, seriam acionados se regra fiscal não for respeitada

Guedes quer endurecer travas para garantir teto

Classia Sáfadi e Fabio Grever
de Brasília

O futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, está em negociações de aperfeiçoamento na área de criar novas medidas de ajuste na despesa para serem acionadas em caso de risco de efeito descompensatório da dívida. A proposta, e endurecer os gatilhos possíveis, como suspensão de concessão e de aumento salarial, dentre outros, após constatada a desindexação de despesa hoje aplicada ao salário mínimo em a indústria de confecção, não pode ser cumprida. Com isso, o governo conseguiria colocar uma trava automática em qualquer ministério em caso de risco de desindexação da despesa. O projeto de lei do Orçamento, que prevê o gatilho que integrará o teto de gastos, será enviado para



Chaves ministro da Economia, Paulo Guedes: "O Brasil não pode ser um país, com o teto de gastos"

corrigir essa situação, adianta o futuro ministro. A despesa fixa é o que desindexa e cria descompensação. Guedes assegura que o teto de gastos não é uma trava automática, mas sim um mecanismo de ajuste. A desindexação é um "gatilho" automático. Com o crescimento da economia e o congelamento das despesas, em um ano ou dois, o país volta a ser equilibrado.

O problema central é a variação do salário do setor público, que representa 10% do PIB. Guedes quer que o salário não seja reajustado automaticamente, mas sim por uma comissão de ajuste. Isso permitiria ao governo controlar o crescimento da despesa. O projeto de lei do Orçamento prevê o gatilho que integrará o teto de gastos, será enviado para



Chaves ministro da Economia, Paulo Guedes: "O Brasil não pode ser um país, com o teto de gastos"

Contra o aumento de gastos, Guedes quer que o salário não seja reajustado automaticamente, mas sim por uma comissão de ajuste. Isso permitiria ao governo controlar o crescimento da despesa. O projeto de lei do Orçamento prevê o gatilho que integrará o teto de gastos, será enviado para

Contra o aumento de gastos, Guedes quer que o salário não seja reajustado automaticamente, mas sim por uma comissão de ajuste. Isso permitiria ao governo controlar o crescimento da despesa. O projeto de lei do Orçamento prevê o gatilho que integrará o teto de gastos, será enviado para

Países ricos terão crescimento moderado em 2018, prevê Banco Mundial A9

Desnuclearização não entra no diálogo das duas Coreias, disse Ri Song-gwon (dir.) A9

Desnuclearização não entra no diálogo das duas Coreias, disse Ri Song-gwon (dir.) A9

Destaque

Comércio varejista em alta

Comércio varejista em alta

Múltis podem sair do Brasil por tributação

ICP-BP em déficit

ICP-BP em déficit

Múltis podem sair do Brasil por tributação

Justiça rejeita orientação da Receita sobre exclusão do ICMS no PIS/COFINS E1

Justiça rejeita orientação da Receita sobre exclusão do ICMS no PIS/COFINS E1

Justiça rejeita orientação da Receita sobre exclusão do ICMS no PIS/COFINS E1

Destaque

Abolição da pena de morte

Abolição da pena de morte

Abolição da pena de morte

Destaque

Abolição da pena de morte

Abolição da pena de morte

Abolição da pena de morte

Destaque

Abolição da pena de morte

Abolição da pena de morte

Abolição da pena de morte



Chaves ministro da Economia, Paulo Guedes: "O Brasil não pode ser um país, com o teto de gastos"

Contra o aumento de gastos, Guedes quer que o salário não seja reajustado automaticamente, mas sim por uma comissão de ajuste. Isso permitiria ao governo controlar o crescimento da despesa. O projeto de lei do Orçamento prevê o gatilho que integrará o teto de gastos, será enviado para

Contra o aumento de gastos, Guedes quer que o salário não seja reajustado automaticamente, mas sim por uma comissão de ajuste. Isso permitiria ao governo controlar o crescimento da despesa. O projeto de lei do Orçamento prevê o gatilho que integrará o teto de gastos, será enviado para



Chaves ministro da Economia, Paulo Guedes: "O Brasil não pode ser um país, com o teto de gastos"

Contra o aumento de gastos, Guedes quer que o salário não seja reajustado automaticamente, mas sim por uma comissão de ajuste. Isso permitiria ao governo controlar o crescimento da despesa. O projeto de lei do Orçamento prevê o gatilho que integrará o teto de gastos, será enviado para

Contra o aumento de gastos, Guedes quer que o salário não seja reajustado automaticamente, mas sim por uma comissão de ajuste. Isso permitiria ao governo controlar o crescimento da despesa. O projeto de lei do Orçamento prevê o gatilho que integrará o teto de gastos, será enviado para

“Mais Brasil, menos Brasília”.

AJUSTE ESPAÇO-TEMPORAL ULTRALIBERAL

Federalismo Competitivo?

Emenda à Constituição do Pacto Federativo (PEC 188/2019)

- Desoneração
- Desvinculação
- Descentralização

URBANISMO DE AUSTERIDADE: Segundo Peck (2015), o urbanismo de austeridade designa a “condição de economia forçada ou extrema”.

ECONOMICO

Valor

Contra o aumento de gastos, Guedes quer que o salário não seja reajustado automaticamente, mas sim por uma comissão de ajuste. Isso permitiria ao governo controlar o crescimento da despesa. O projeto de lei do Orçamento prevê o gatilho que integrará o teto de gastos, será enviado para

ECONOMICO

Valor

Contra o aumento de gastos, Guedes quer que o salário não seja reajustado automaticamente, mas sim por uma comissão de ajuste. Isso permitiria ao governo controlar o crescimento da despesa. O projeto de lei do Orçamento prevê o gatilho que integrará o teto de gastos, será enviado para

ECONOMICO

Valor

Contra o aumento de gastos, Guedes quer que o salário não seja reajustado automaticamente, mas sim por uma comissão de ajuste. Isso permitiria ao governo controlar o crescimento da despesa. O projeto de lei do Orçamento prevê o gatilho que integrará o teto de gastos, será enviado para

ECONOMICO

Valor

Contra o aumento de gastos, Guedes quer que o salário não seja reajustado automaticamente, mas sim por uma comissão de ajuste. Isso permitiria ao governo controlar o crescimento da despesa. O projeto de lei do Orçamento prevê o gatilho que integrará o teto de gastos, será enviado para



10:33

80%

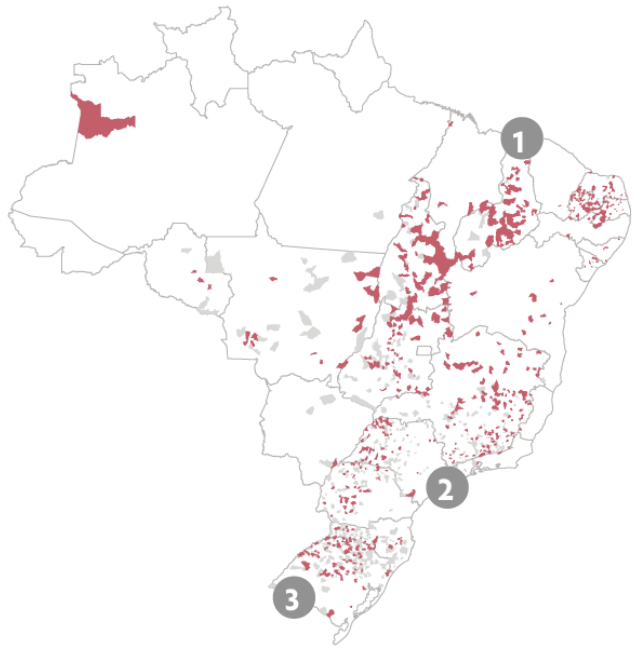


FOLHA DE S.PAULO

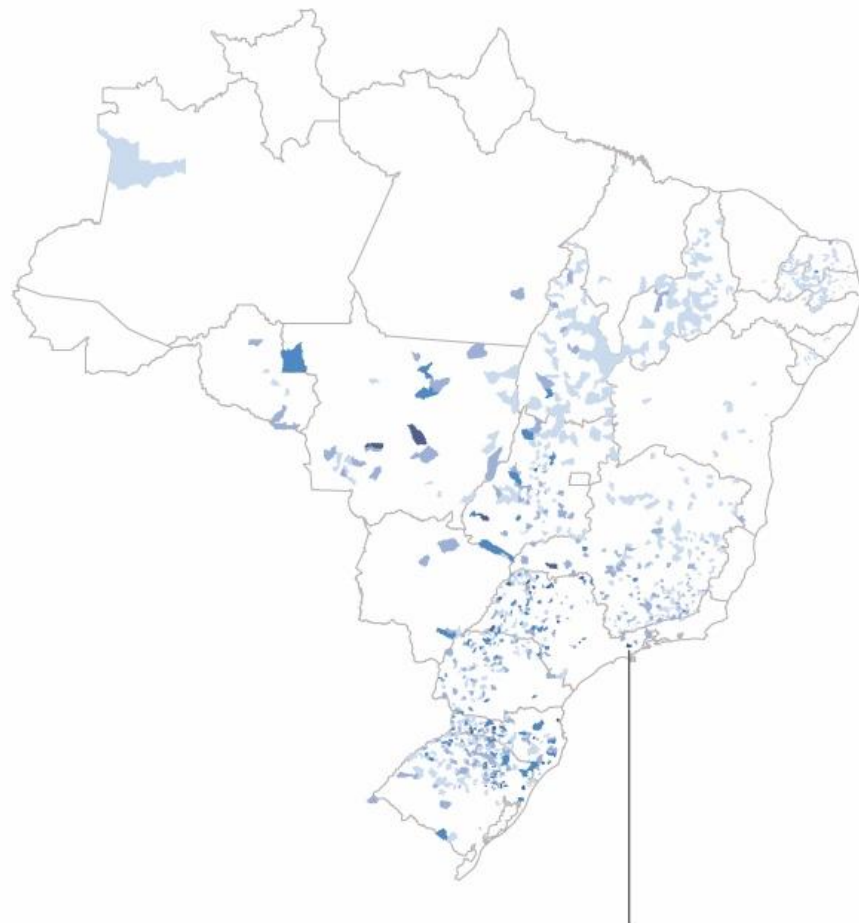


Impacto da possível extinção de 1.217 municípios pequenos

Governo quer fundir município pequeno com baixa arrecadação; em 56% deles, há mais trabalhadores na prefeitura do que com carteira no setor privado



FOLHA DE S.PAULO



Redenção da Serra, SP
Maior diferença entre número de funcionários privados (3,9 mil) e municipais (219)

AJUSTE ESPAÇO- TEMPORAL ULTRALIBERAL

Reescalonamento territorial: hipóteses.

Aceleração dos efeitos *roll-back* e *roll-on* do ajuste regulatório neoliberalizante dos períodos anteriores

AJUSTE ESPAÇO-TEMPORAL ULTRALIBERAL

Estratégias Espaciais (Brenner, 2004)

Concepção

As cidades e regiões deverão ser concebidas como motores estratégicos do desenvolvimento econômico dentro de hierarquias interescales cada vez mais voláteis.

Dimensão escalar

Crescente alocação de ativos socioeconômicos em espaços urbanos estratégicos.

Dimensão territorial

Crescente diferenciação do espaço político-econômico nacional e competição para canalizar grandes investimentos em infraestrutura avançada nas áreas mais competitivas, aumentando a divergência de trajetórias entre economias locais no território nacional.

AJUSTE ESPAÇO-TEMPORAL ULTRALIBERAL

Projetos Espaciais (Brenner, 2004)

Concepção

promover as políticas espaciais pró-crescimento.

Dimensão escalar

promoção de descentralização através de arranjos administrativos em níveis subnacionais e constituição de novas autoridades pública. Novas responsabilidades adquiridas por instituições do Estado regionais e locais no desenvolvimento, financiamento e implementação de políticas de desenvolvimento econômico.

Dimensão territorial

customização dos arranjos administrativos estatais de acordo com condições específicas e prioridades do lugar e/ou jurisdição, aumentando a diferenciação de formas institucionais locais e regionais no território nacional.

AJUSTE ESPAÇO-TEMPORAL ULTRALIBERAL

Regimes Urbanos e Empreendedorismo Local (Harvey)

Inserção na Divisão
Internacional do
Trabalho.

Exploração de uma
posição vantajosa na
Divisão Espacial do
Consumo. Turismo,
Indústria do
Divertimento, Renda
de Aposentadoria,
etc.

Captura das
atividades de
comando e controle
referente às altas
finanças, ao governo,
coleta de
informações e ao seu
processamento.

Re-distribuição de
superávits através de
governos centrais.

Acumulação Urbana-Imobiliária-financeira.

AJUSTE ESPAÇO-TEMPORAL ULTRALIBERAL

Novo marco regulatório em construção

Mercado de Terras

Segurança jurídica

Mercantilização

Ativo financeiro:

MP 759/2016.

Lei 13.465/17. Decreto
9310/18.

MP 852/18.

Mercado Imobiliário

Mercado de capitais

Fundos de Imobiliários

CRIs

LCIs

LGIs

Política Urbana

PPP's

Operações Urbanas

PMI

Lei Federal 8.987/95,

Lei Federal 11.079/04

Produção do espaço

“para o mercado” e

“pelo mercado”.

Financiamento público

CEPAC's

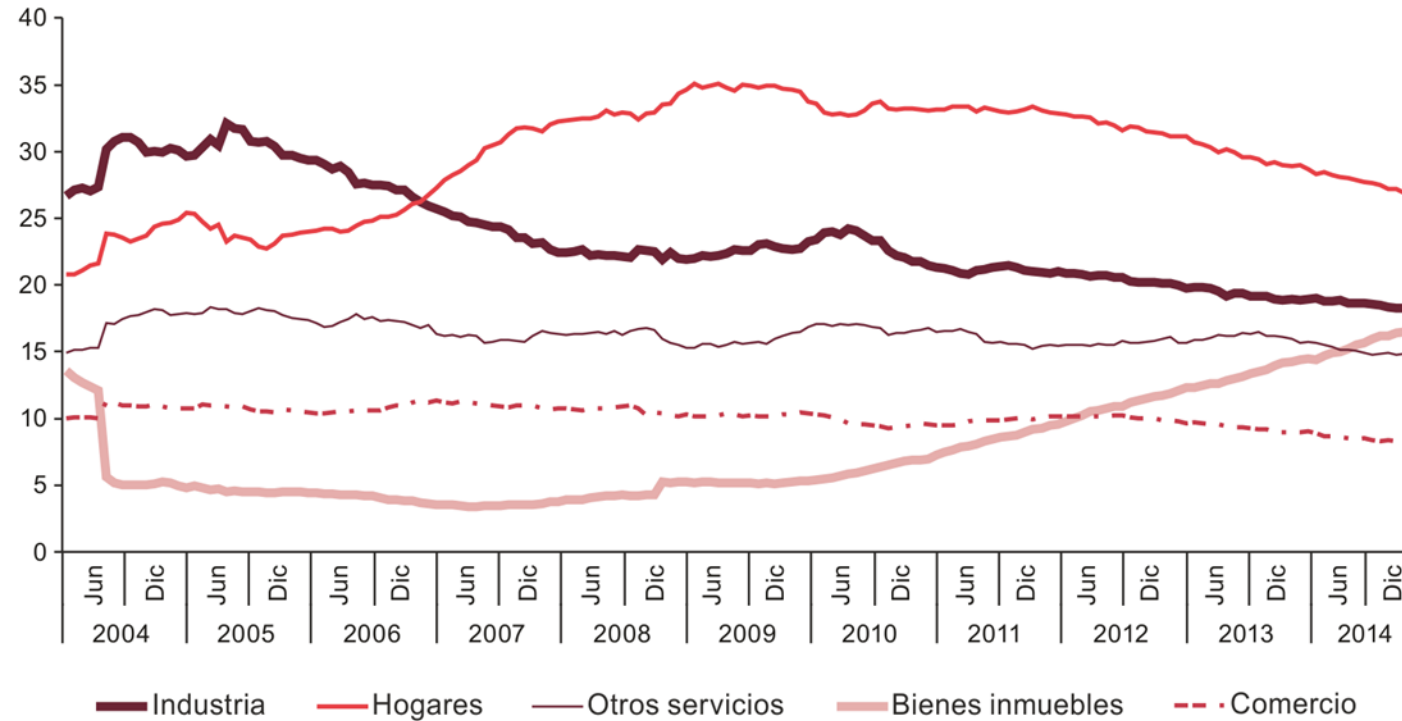
Securitização da
tributação.

LS 204/16.

Aprovado em dezembro de 2017
no Senado – encaminhado para a
Câmara dos Deputados. Agora:
PLP 459/17

PEC 438/2018

Gráfico I.6
Brasil: principales ítems de asignación de crédito en el sistema financiero
(En porcentajes)



Fuente: Banco Central del Brasil, “Balancetes”, Brasilia, 2015 [en línea] <http://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/balancetes.asp>.

FONTE: Kaltenbrunner, A & Paiceira, J. P. – Financeirização em América Latina: implancias de la integración financeira subordinada, CEPAL – Estudios sobre financeirización em América Latina, 2018

ATIVOS PÚBLICOS:

BEM-COMUM x BEM DE MERCADO

“A abordagem do “valor de mercado” aplicada ao patrimônio público, por sua vez, permitiria uma gestão mais eficiente dos bens e serviços públicos, cuja estrutura de financiamento tradicional por meio de receitas fiscais (e crédito) passaria então a ser objeto de uma análise de custo-benefício econômico, de modo a identificar tanto excessos de capacidade quanto novos investimentos necessários para atender às demandas públicas” (tradução nossa)

Fonte: Securitização de ativos públicos para financiamento de projetos de infraestrutura: o caso brasileiro e a experiência dos BRICS, IPEA, 2018s



Securitização de Créditos: ESQUEMA FRAUDULENTO

DESVIO DE RECURSOS ARRECADADOS



Securitização de Créditos: ESQUEMA FRAUDULENTO

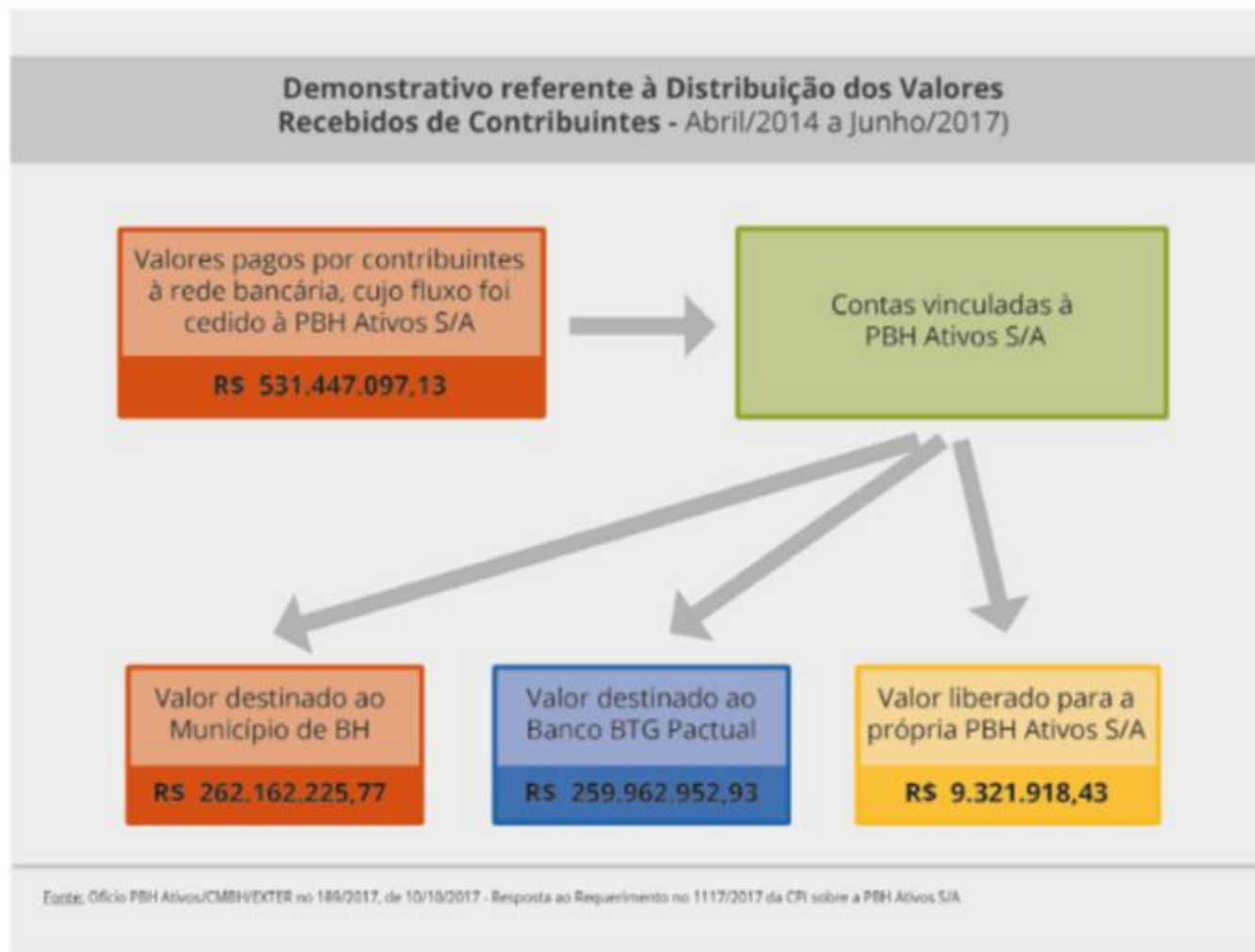
CONTRATAÇÃO DISFARÇADA DE DÍVIDA PÚBLICA



GERAÇÃO DISFARÇADA DE DÍVIDA PÚBLICA

• EMISSÃO DE DERIVATIVOS FINANCEIROS COM GARANTIA ESTATAL

EXEMPLO: BH ATIVOS



Fonte: Relatório Preliminar de Auditoria Cidadã da Dívida Pública número 2/2017. In <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2018/02/Relatorio-Especifico-ACD-no.-2-2017-PBH-Ativos-S.A.-2.pdf>. Acesso em 22/07/2019.

Rentismo e Financeirização



Reescalonamento
Territorial do Estado



Efeitos Socio-
Territoriais

Empreendedorismo
territorial:
Estratégias/Projetos
Espaciais e
Empreendedorismo
Local

Novo Modelo de
Gestão Urbana:
urbanismo da
austeridade e
neoliberalizador

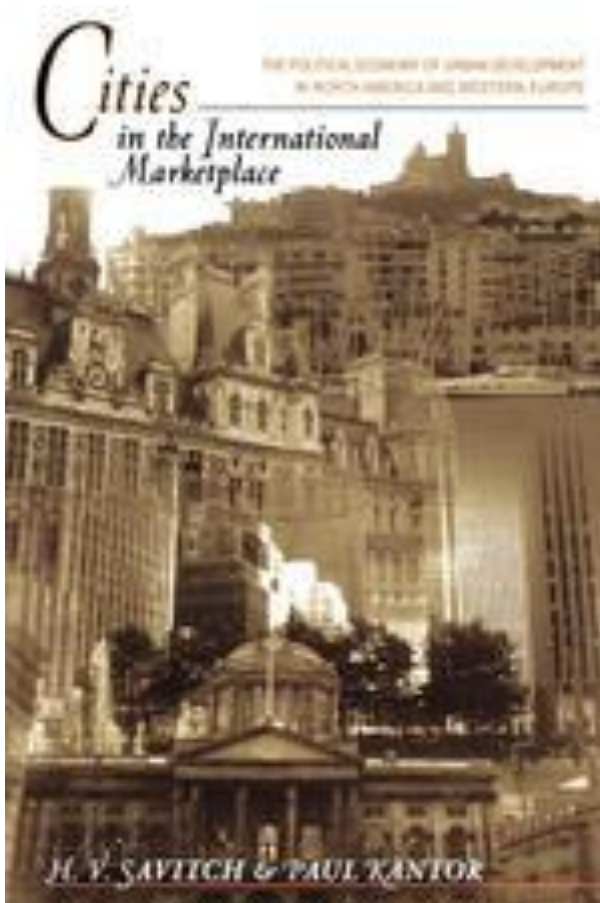
Metrópoles policêntricas:
Desconcentrada;
Cidade-região;
Arquipélago-metropolitano

Mercantilização da Ordem
Urbana: privatização e
polarização

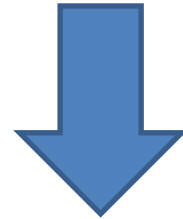
Exacerbação do conflito urbano:
Cidade do Bem-Estar X Cidade
dos Negócios

A Economia Política dos Regimes UrbCities in the International Marketplace: The Political Economy of Urban Development in North America and Western Europeanos

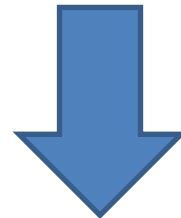
Kantor & Savitch



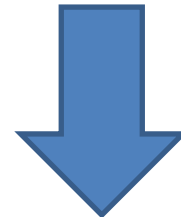
Transformações econômicas: globalização e reestruturação produtiva



Transformações da relação entre Estado e Mercado no plano local.
Diminuição da capacidade política dirigir o desenvolvimento local.



BARGANHA: forças de mercado “global” X forças políticas locais



REGIMES URBANOS

Questões:

- Tipos particulares de ambientes de barganha: desenvolvimento local democrático; ambiente de mercado e redes intergovernamentais;
- qual a importância dos contextos econômicos e políticos em moldar os regimes?
- Surgem coalizões para cooperação entre o público e o privado;
- Existem alguns tipos de regimes que são viáveis em dado contexto econômico e político e outros não?

TR: Regimes Urbanos: três etapas

1ª Mapeamentos das condições gerais.

2ª Mapeamento locais.

Reformas Regulatórias (pp's),
Coalisões e Projetos locais.

3ª Estudos de Caso.

MAPEAMENTO NACIONAL DAS CONDIÇÕES DE BARGANHA DAS POLÍTICAS URBANAS

- Política 1 : composição ideológica e competitividade do eleitorado
- Política 2: poder e interesses na gestão
- Econômica: natureza da estrutura produtiva
- Social: participação social
- Institucional 1: autonomia e dependência fiscal
- Institucional 2: grau de estatalidade
- Mudanças regulatórias pró-mercado: PPP's



OBRIGADO!

www.observatoriodasmetropoles.net.br

lcqribeiro@gmail.com